

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES ESCRITURAIS
SIMPLES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP.

Pelo presente instrumento particular, (a) COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Costa Carvalho, 300, inscrita no C.G.C. sob o nº 43.776.517/0001-80, neste ato legalmente representada pelos abaixo-assinados, b) NÚCLEO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Boa Vista, nº 314 - 4º Andar, inscrita no C.G.C. sob o nº 57.550.402/0001-87, nomeado nesta escritura e nela interveniente, de acordo com o disposto na Lei nº 6.404/76, representando a comunhão dos interesses dos debenturistas perante a EMISSORA, doravante designado simplesmente "AGENTE FIDUCIÁRIO", vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de 443.000 Debêntures Simples da EMISSORA, doravante designada simplesmente "ESCRITURA", mediante as seguintes cláusulas, condições e características :

I.- DA AUTORIZAÇÃO

A presente ESCRITURA é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 20 de janeiro de 1994, sendo que o respectivo extrato da ata foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 19.02.1994, no DCI - Diário do Comércio e Indústria de 05.04.1994 e no Jornal Gazeta Mercantil de 06.04.1994.

II.- DOS REQUISITOS

A presente emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

1.- Registro na Comissão de Valores Mobiliários :

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada "CVM", na forma das Leis nºs 6.385/76, 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.- Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária:

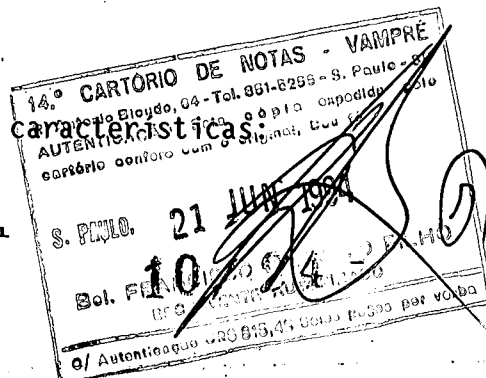
A ata da Assembléia Geral Extraordinária, que aprovou a deliberação a respeito da emissão das debêntures, foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 19.056/94-1, em sessão de 11.02.1994

3.- Registro da Escritura de Emissão :

A ESCRITURA será registrada no 10º Cartório de Registro de imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

III.- DA EMISSÃO

A presente emissão tem as seguintes características:



1.- Data de Emissão :

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e dos prazos de vencimento, a data-base da emissão das debêntures de todas as séries, doravante designada simplesmente "DATA DA EMISSÃO", será 01 de ABRIL de 1994.

2.- Volume total da emissão :

CR\$ 44.300.000.000,00 (Quarenta e Quatro Bilhões e Trezentos Milhões de Cruzeiros Reais) na data da emissão.

3.- Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:

Serão emitidas 443.000 (Quatrocentas e Quarenta e Três Mil) debêntures com valor nominal unitário, na DATA DA EMISSÃO, de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros Reais)

4.- Séries :

A emissão será dividida em 10 (dez) séries de 44.300 (Quarenta e Quatro Mil e Trezentas) debêntures cada.

5.- Prazo e Data de Vencimento :

Os prazos e datas de vencimento das dez séries de debêntures obedecerão a seguinte tabela :

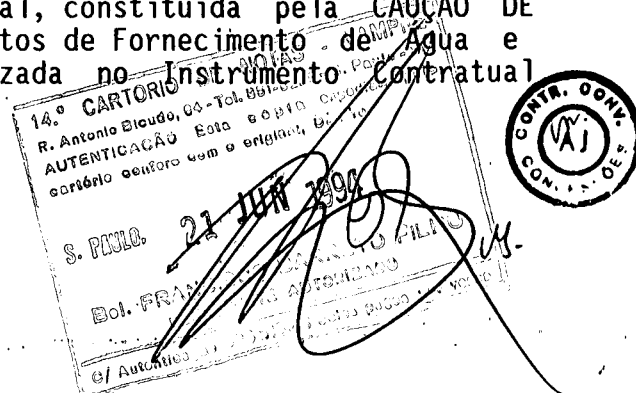
| Série | Emissão | Vencimento | Prazo (meses) |
|-------|----------|------------|---------------|
| 1ª | 01.04.94 | 01.05.96 | 25 |
| 2ª | 01.04.94 | 01.06.96 | 26 |
| 3ª | 01.04.94 | 01.07.96 | 27 |
| 4ª | 01.04.94 | 01.08.96 | 28 |
| 5ª | 01.04.94 | 01.10.96 | 30 |
| 6ª | 01.04.94 | 01.11.96 | 31 |
| 7ª | 01.04.94 | 01.12.96 | 32 |
| 8ª | 01.04.94 | 01.01.97 | 33 |
| 9ª | 01.04.94 | 01.02.97 | 34 |
| 10ª | 01.04.94 | 01.04.97 | 36 |

6.- Forma e Tipo :

As debêntures serão escriturais nominativas, não conversíveis em ações da EMISSORA.

7.- Espécie e Garantia :

As debêntures contarão com Garantia Real, constituída pela CAUÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS decorrentes de Contratos de Fornecimento de Água e Captação de Esgotos, garantia essa formalizada no Instrumento Contratual contido no Anexo I da Escritura de Emissão.



8.- Direito de Preferência:

Não haverá direito de preferência para subscrição das debêntures pelos acionistas da EMISSORA.

9.- Forma de Pagamento :

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

10.- Negociação :

A presente emissão de debêntures será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

11.- Atualização Monetária :

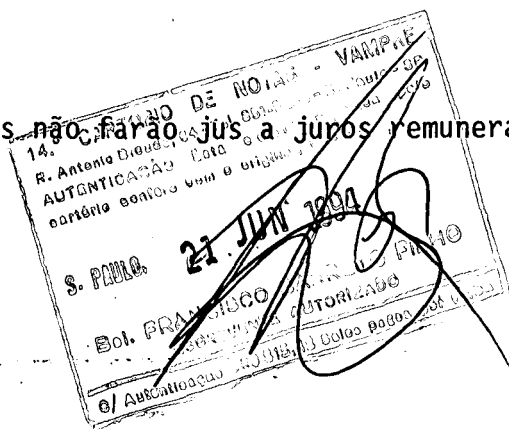
11.1.- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, a cada mês, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, entre o índice relativo ao mês da DATA DA EMISSÃO e o índice relativo ao mês da respectiva atualização monetária.

11.2.- A atualização monetária de quaisquer obrigações a serem liquidadas em datas intermediárias, ou seja, cuja liquidação não ocorra no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação do índice de variação do IGP-M referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária, calculado exponencialmente pro-rata temporis (base do mês do evento) a partir do primeiro dia do mês em que ocorrer a efetiva liquidação da obrigação. A atualização prevista neste item será efetuada sobre o valor que for apurado, em moeda nacional, após a atualização monetária da obrigação realizada de acordo com o disposto no item 11.1 supra.

11.3.- Na hipótese de extinção do IGP-M ou se, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, este não puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o Índice Geral de Preços - coluna 2 - disponibilidade interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade São Paulo. Caso pela superveniência de norma legal ou regulamentar, nenhum dos índices acima mencionados possa ser utilizado, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO definirão, de comum acordo e por escrito, qual será o novo índice aplicável à atualização monetária.

12.- Remuneração :

12.1.- Juros Remuneratórios: as debêntures não farão jus a juros remuneratórios.



12.2.- Prêmio: as debêntures pagarão em 01/04/95 e no vencimento de cada série, a título de remuneração, um PRÊMIO que será constituído pelo produtório das taxas ANBID ou do IGPM, acrescida dos respectivos SPREADS, dos dois o maior, conforme fórmula abaixo definida:

$$P = VN1 \times FA \times [FN \times (1 + S)^{n/360}] - VN2, \text{ onde:}$$

P = prêmio, se positivo, a ser pago por debênture, expresso em Cruzeiros Reais.

S = spread, na forma decimal, sendo definido em 3,5% a.a. para ANBID e 12% a.a. para o IGPM (base 360).

n = número de dias decorridos desde a data da subscrição até a data do pagamento do Prêmio, ou do último pagamento de Prêmio até o vencimento de cada série.

VN1 = valor nominal da debênture na data da emissão.

VN2 = valor nominal da debênture na data do pagamento do prêmio ou do vencimento de cada série.

FA = fator de ajuste do Valor nominal, a ser considerado na data de pagamento do prêmio ou do vencimento de cada série, caso o IGPM não seja divulgado na data da subscrição ou na data de pagamento do Prêmio, onde:

$$FA = [(1 + IGPMest)/(1 + IGPMreal)^{n/N}]$$

IGPMest = Variação do IGPM, na forma decimal, ocorrida no mês anterior à data da subscrição ou à data do pagamento do prêmio pela EMISSORA, caso não seja publicado.

IGPMreal = Variação do IGPM, na forma decimal, ocorrida no mês da subscrição ou do pagamento do Prêmio pela EMISSORA.

n = Número de dias decorridos desde o primeiro dia do mês até a data da subscrição ou até a data de pagamento do Prêmio.

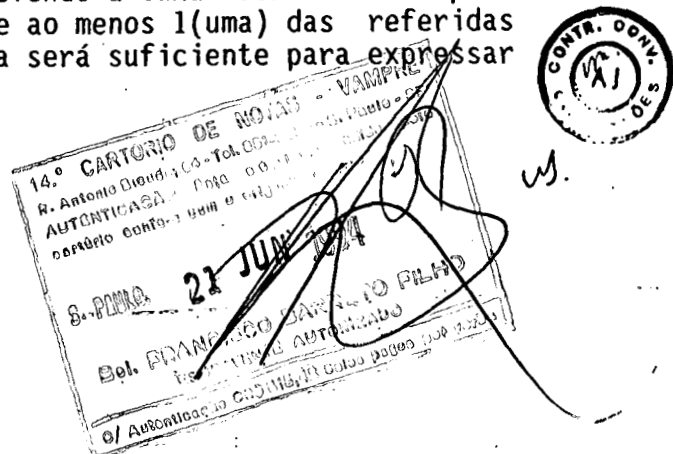
N = Número de dias do mês da subscrição ou do pagamento do Prêmio.

FN = é o produtório das taxas ANBID ou do IGPM a serem utilizadas no i-ésimo período de incidência de taxa de juros, ou seja, DESDE A DATA DE SUBSCRIÇÃO até a data de pagamento do prêmio ou desta até o vencimento de cada Série, conforme abaixo definido:

$$FN1 = (TAN1 \times TAN2 \times \dots \times TANi); \text{ ONDE:}$$

TAN = É a resultante das Taxas de Juros pós-fixada ou pré-fixada expressa em porcentagem para 360 (trezentos e sessenta) dias, referente ao i-ésimo período de incidência da taxa de juros, utilizada para remunerar DEPÓSITO A PRAZO, praticado no mercado financeiro.

Essa taxa será obtida pela média aritmética; conforme fórmulas abaixo; das taxas praticadas em 3(três) dias, ou seja, no primeiro dia útil de cada período de incidência de taxa de juros; no primeiro dia útil imediatamente anterior e no primeiro dia útil imediatamente posterior ao período de incidência de taxa de juros, as quais serão informadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, devendo a taxa ser obtida pelo Agente Fiduciário junto àquela associação. Se ao menos 1(uma) das referidas taxas for divulgada durante este período, esta será suficiente para expressar aquela que vigorará no referido período.



Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos (03) três dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS A PRAZO pós-fixada ou pré-fixada para lotes de valor equivalente a CR\$50.000.000,00 (Cinquenta milhões de cruzeiros reais) corrigidos pela TR (taxa referencial) a partir da data da emissão, obtidas conforme amostragem acima, pelo Agente Fiduciário, junto as seguintes instituições a serem escolhidas, BANESPA, CITIBANK ITAÚ, BRADESCO.

Se durante o período dos (03) três dias supra citados houver mudança no tipo de taxa mais negociada dos CERTIFICADOS DE DEPÓSITO A PRAZO, isto é, pré ou pós-fixada, adotar-se-á preferencialmente aquela mais negociada no primeiro dia útil da data de início do período, em segunda opção a Taxa do primeiro dia útil anterior e em última opção, a do primeiro dia útil posterior ao referido período.

Se em qualquer período a taxa de rendimento do depósito padrão for pós-fixada, do rendimento devido neste período será acrescida a variação do indexador que vier a compor a Taxa ANBID.

Aplicar-se-á a Taxa ANBID pro-rata-temporis nos casos onde o seu prazo de remuneração não coincida com a data do pagamento do Prêmio ou vencimento de cada Série de debêntures.

Entende-se por "período de incidência de Taxa de juros" o prazo em que a taxa ANBID remunera, sendo que, para contagem do prazo de cada "período" utilizar-se-á sempre o prazo definido pela taxa ANBID referente ao dia do início de cada "período de incidência de taxa de juros", sendo que caso não haja sua divulgação utilizar-se-á o período da taxa que vier a ser utilizada; e caso existam (02) duas taxas, utilizar-se-á prioritariamente o prazo contido na taxa imediatamente anterior à data de início do "Período de Incidência de Taxa de Juros".

A taxa ANBID será apurada de acordo com as seguintes fórmulas:

$$TAJ = \{ [1 + (tax/100)]^{(dt/360)} \}^{(1/du)} ; \text{onde:}$$

Tax = Taxa ANBID praticada a cada um dos dias definidos para apuração da Média Aritmética;

dt = Número de dias idêntico ao dos depósitos a prazo que apresentarem maior volume de captação;

du = Número de dias úteis existentes em dt.

$$TAN = [(Taj1 + Taj2 + Taj3)/3]^{dut} ; \text{sendo:}$$

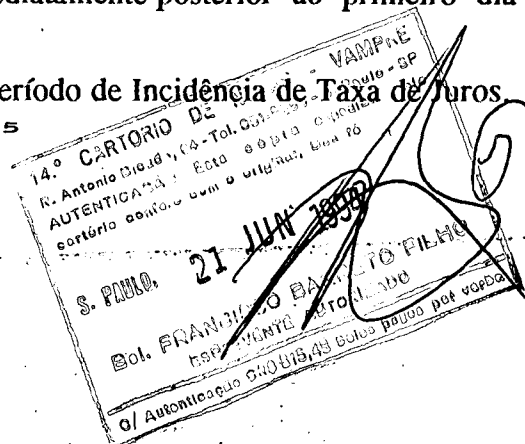
TAN = É a Taxa Anbid resultante da Média Aritmética.

Taj1 = Taxa ANBID referente ao primeiro dia útil do início do "Período de Incidência de Taxa de Juros";

Taj2 = Taxa ANBID referente à data imediatamente anterior ao primeiro dia útil do "período de Incidência de Taxa de Juros";

Taj3 = Taxa ANBID referente à data imediatamente posterior ao primeiro dia útil do "Período de Incidência de Taxa de Juros".

dut = Número de dias úteis existentes no "período de Incidência de Taxa de Juros".



FN2 = Variação do IGPM desde a data da subscrição até a data do pagamento do PRÊMIO ou desta até o vencimento de cada série. Caso a liquidação de quaisquer obrigações não ocorra no 1º (primeiro) dia de cada mês, utilizar-se-á o IGPM "pro-rata temporis" considerando-se o número de dias decorridos do 1º dia do mês até a data do evento, na base do número de dias existentes no Mês.

13.- Preço de Subscrição

13.1.- O preço de subscrição será, no mínimo, o valor nominal unitário atualizado monetariamente, calculado desde a DATA DE EMISSÃO até a data da subscrição e integralização, tendo como base de cálculo, o SPREAD máximo atribuído à remuneração pelo IGPM, desde já definido em 12% a.a. e será obtido de acordo com a seguinte fórmula:

$$PS = [(1.12^{n1/360} - 1) / (1 + Tx)^{n2/360} + (1.12^{n3/360}) / (1 + Tx)^{n4/360}] \times VNC$$

PS = Preço de subscrição, expresso em cruzeiros Reais;

Tx: Taxa a ser considerada para efeito de cálculo do Preço de subscrição, expressa na forma decimal;

n1 = Número de dias decorridos entre a data da subscrição e a data do pagamento do Prêmio ou seja, 01.04.95

n2 = n1

n3 = Número de dias decorridos entre a data do último pagamento do Prêmio, ou seja 01.04.95 e a data do vencimento da 1ª série, ou seja 01.05.96;

n4 = número de dias decorridos entre a data da subscrição e a data de vencimento da 1ª série, ou seja, 01.05.96

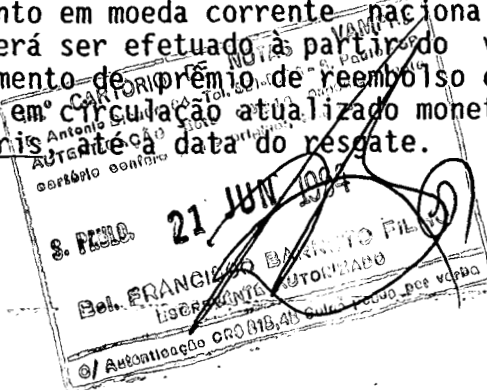
VNC = Valor nominal corrigido pela variação do IGPM desde a DATA DE EMISSÃO até a DATA DE SUBSCRIÇÃO.

14.- Procedimento da Distribuição :

Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. Nesse sentido, as debêntures de todas as séries desta emissão serão leiloadas simultaneamente na BOVESPA pelo valor do SPREAD do Prêmio pelo IGPM. Cada subscritor deverá adquirir um mesmo percentual de todas as séries. Após o leilão através do qual serão colocadas as debêntures, as séries poderão ser negociadas separadamente.

15.- Resgate Antecipado Facultativo e Prêmio de Reembolso :

As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre na sua totalidade, mediante pagamento em moeda corrente nacional. O resgate antecipado facultativo somente poderá ser efetuado a partir do vigésimo-quinto mês, exclusive, mediante pagamento de prêmio de reembolso de 3% (três por cento) do valor total da emissão em circulação atualizado monetariamente, acrescido de prêmio, pro-rata temporis até a data do resgate.



Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação de aviso no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional. O resgate antecipado se dará necessariamente no primeiro dia útil do mês. Na ocasião do resgate será pago prêmio acumulado desde a data do último pagamento de Rendimentos.

16.- Aquisição Facultativa :

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debênture em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de prêmio, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas em mercado.

17.- Local de pagamento :

Os pagamentos referentes ao valor nominal das debêntures, atualização monetária, prêmio e prêmio de reembolso a que fazem jus as debêntures escriturais objeto desta EMISSÃO, serão efetuados através do Sistema CETIP, na Instituição depositária das debêntures Escriturais objeto desta ESCRITURA na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema, ou na Tesouraria da Emissora.

18.- Prorrogação de prazos :

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

19.- Multa e Juros de Mora :

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, ficarão sujeitos a multa convencional, irreduzível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária, prêmio conforme itens 11 e 12 supra, calculados exponencialmente pro-rata temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

20.- Decadência dos Direitos aos Acréscimos :

Sem prejuízo do disposto no item 19 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à disposição pela EMISSORA, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta ESCRITURA, não lhe dará o direito ao recebimento do prêmio e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



21.- Vencimento Antecipado :

21.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal das debêntures em circulação atualizado monetariamente, acrescido do prêmio, calculados pro-rata temporis por dias decorridos do último pagamento, mediante carta protocolada dirigida à EMISSORA com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

(a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global ultrapasse o equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares norte-americanos) calculados pela média entre as taxas de venda e compra da moeda norte-americana pelo câmbio comercial, informadas pelo Banco Central do Brasil através do sistema SISBACEN, às 13:00 horas do dia em questão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, se cabível.

(c) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) decisão judicial determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da EMISSORA de valor superior ao equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte-americanos) calculados pela média entre as taxas de venda e compra da moeda norte-americana pelo câmbio comercial, informadas pelo Banco Central do Brasil através do sistema SISBACEN, às 13:00 horas do dia em questão; e/ou

(e) futura (s) emissão (ões) de quaisquer valores mobiliários, pela EMISSORA, que possam, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, prejudicar o disposto no item 7 supra, consubstanciado no Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos em Caução.

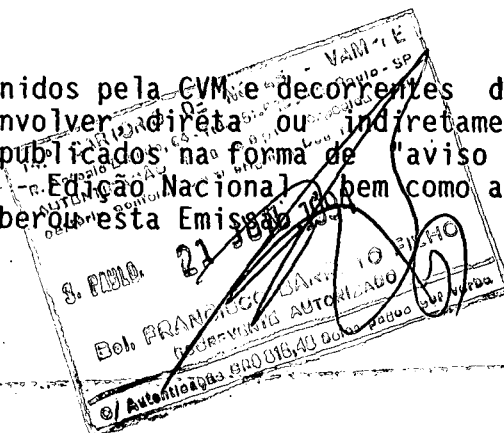
(f) descumprimento, pela EMISSORA, do disposto no Instrumento Particular de Cessão de Créditos em Caução

21.2 - A EMISSORA solicitará ao AGENTE FIDUCIÁRIO a convocação, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da realização da(s) emissão(ões) nos termos descritos no item 21.1 (e) supra, de Assembléia de Debenturistas para deliberar a respeito da operação pretendida.

21.3 - A Assembléia dos Debenturistas, convocada e realizada nos termos do disposto no Capítulo VII desta ESCRITURA, reunir-se-á para deliberar pelo voto da maioria das debêntures em circulação, a aprovação, ou não, de emissão(ões) de valores mobiliários que possa(m) prejudicar a Garantia Real ora concedida.

22.- Publicidade :

Todos os atos e decisões relevantes definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver direta ou indiretamente, interesse dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional, bem como a Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou esta Emissão.



23.- Vencimento Final :

Por ocasião do vencimento final de cada série, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das debêntures ainda em circulação, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente e acrescido do prêmio.

24.- Mecanismo Alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final :

24.1.- Sem prejuízo do disposto no item 19 supra - Multa e Juros de Mora, as debêntures e prêmio vencidos e não pagos pela EMISSORA, até as datas dos respectivos vencimentos, poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, para pagamento de contas de fornecimento de água e captação de esgotos faturadas pela EMISSORA, mediante DAÇÃO EM PAGAMENTO, pelo debenturista, do crédito representado pela debênture contra o débito representado pela fatura de fornecimento de água e captação de esgotos cobrada pela EMISSORA.

24.2 - A EMISSORA obriga-se de forma irrevogável e irretratável a manter em pleno funcionamento, à partir desta data, independentemente do prazo de vigência dos CONTRATOS DE SUPRIMENTO e enquanto não forem resgatadas todas as debêntures emitidas nos termos desta ESCRITURA, o Mecanismo Alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final previsto neste item 24, comprometendo-se a celebrar todos os instrumentos necessários para tanto.

24.3.- O cálculo diário do valor unitário da debêntures e prêmio vencidos, considerando principal, atualização monetária, prêmio, multa convencional e juros de mora, para fins de dação em pagamento, referente a todos os dias do mês, para utilização do Mecanismo alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final, será efetuado pelo agente depositário das debêntures escriturais na data da divulgação do IGP-M do mês anterior e informado, nessa mesma data, à EMISSORA, e aos bancos que compõem a rede arrecadadora em todo o Estado de São Paulo.

24.4.- O cálculo diário a ser efetuado pelo agente depositário das debêntures escriturais referido no item 24.3 supra deverá conter obrigatoriamente, de forma destacada, a indicação da parcela correspondente ao imposto de renda e adicionais que eventualmente sejam devidos pelo debenturista. Tal parcela será descontada do valor total da (s) debênture (s), do prêmio vencidos utilizados para dação em pagamento, de modo a permitir que a EMISSORA realize, após a utilização pelo debenturista do Mecanismo Alternativo de Pagamento Após o Vencimento Final, o devido recolhimento do imposto de renda na fonte e adicionais, nos termos da lei. O disposto neste item 24.4. não se aplica às instituições financeiras, que não são tributadas na fonte nesse tipo de operação.

24.5.- Os agentes arrecadadores (entre eles, os Bancos Bradesco., Itaú S.A. e BANESPA) estão sendo contatados para formalização de aditamento aos respectivos contratos de arrecadação firmados com a EMISSORA, pelos quais obrigam-se a aceitar, sem ressalvas, o pagamento de contas de fornecimento de água e captação de esgotos nos seus respectivos caixas, mediante utilização do mecanismo de dação em pagamento descrito no item, 24.1. supra. Cópias dos aditamentos a esses contratos ficarão à disposição dos debenturistas, com o AGENTE FIDUCIÁRIO, após a sua formalização. Não obstante, a EMISSORA declare, neste ato, estar pronta a efetuar, com a mesma finalidade, aditamentos aos contratos firmados com todos outros bancos integrantes da rede arrecadadora que desejarem participar do mecanismo aqui previsto, nos termos da "Minuta de Aditivo" que se encontra à disposição com o AGENTE FIDUCIÁRIO.



24.6.- Na hipótese do valor da (s) debênture (s) e/ou juros de mora, multa e prêmio não ser suficiente para pagamento do valor total da (s) conta (s) de fornecimento de água e captação de esgotos, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque.

24.7.- Por outro lado, no caso do valor da debênture e/ou juros de mora, multa e prêmio ser superior ao valor total da (s) conta (s) de fornecimento de água e captação de esgotos, o debenturista não poderá efetuar a utilização do mecanismo descrito neste item 24.

24.8.- Caso decidam utilizar as debêntures para DAÇÃO EM PAGAMENTO, os debenturistas comunicarão a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, por escrito, para que estes não efetuem a liquidação de tais obrigações em moeda corrente.

24.9.- A EMISSORA obriga-se a cumprir o disposto neste item 24 de forma irrevogável, irretratável e a qualquer tempo, outorgando aos debenturistas que futuramente efetuarem o pagamento das contas de fornecimento de água e captação de esgotos mediante dação em pagamento, desde já, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem, seja a que título for, para todos os fins de direito.

24.10.- As debêntures recebidas pela EMISSORA, como dação em pagamento, dos debenturistas, serão imediatamente canceladas.

IV.- OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1 - São também obrigações da EMISSORA, fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;

(b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado;

(c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202 de 06.12.93, nos prazos previstos na citada Instrução; e

(d) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada.

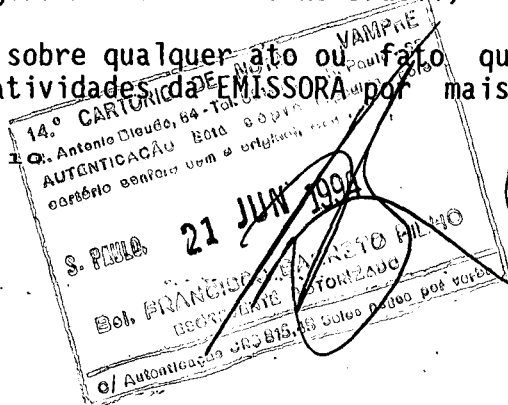
2.- A EMISSORA obriga-se ainda a:

(a) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

(b) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;

(c) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(d) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias;



(e) não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202, da lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, e do prêmio, relativos às debêntures objeto desta ESCRITURA, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora;

(f) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93 de 06.12.93;

(g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(h) manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço;

(i) envidar todos os esforços junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, rede arrecadadora, CETIP, agente depositário das debêntures escriturais e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto no Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos em Caução;

(j) caso venha a emitir ou lançar títulos de compra e venda a termo de "Água e Captação de Esgoto", com condições mais vantajosas, dar tratamento pari passu às debêntures emitidas nos termos desta ESCRITURA.

3.- A EMISSORA obriga-se também, desde que solicitada, a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

3.1.- As despesas a que se refere este item 3 compreenderão, inclusive, as seguintes:

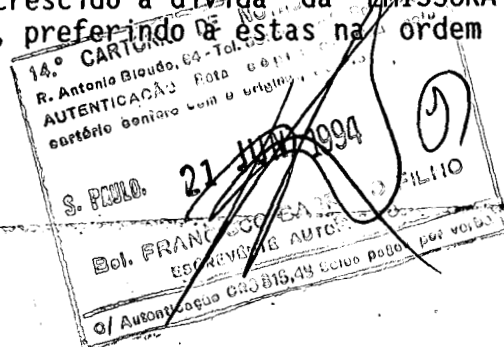
(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados à tabela atribuída pela SABESP aos membros de sua Superintendência, para suas locomoções e hospedagens;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

3.2.- O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha para proteger direitos e interesse ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 3, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



V.- DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1 - A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente ESCRITURA, a NÚCLEO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, qualificada no preâmbulo desta ESCRITURA, que assina na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO e INTERVENIENTE, aqui designada simplesmente AGENTE FIDUCIÁRIO, o qual, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da Lei e da presente ESCRITURA, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

1.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do Artigo 66, da Lei nº 6404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
- d) não ter ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

1.2 - O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente ESCRITURA ou eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou final de período.

2 - REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

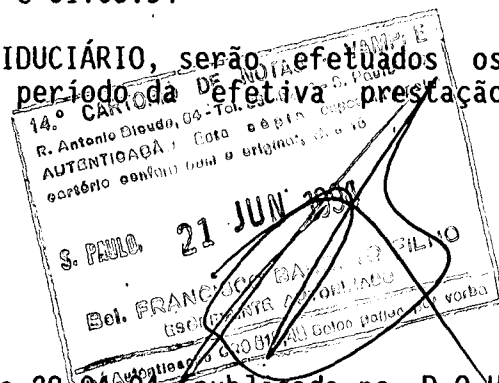
2.1- O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá da EMISSORA, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta ESCRITURA, a remuneração equivalente a 17.000 URV's (dezessete mil URV's), correspondentes a CR\$ 22.506.640,00 (Vinte e Dois Milhões, Quinhentos e Seis Mil e Seiscentos e Quarenta Cruzeiros Reais) cujo pagamento será efetuado pela EMISSORA em 6 (seis) parcelas, conforme condições de pagamento e revisão do preço a seguir, de acordo com a Planilha de Orçamento, o Edital do convite nº 374/94, Dossiê nº 94/002.649, volume 1, tomo 1.

2.1.1 - A data de referência do preço global é 01.05.94

2.1.2 - No caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, serão efetuados os pagamentos, observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

2.2 - Revisão de Preços

2.2.1 - Observadas as prescrições da MP 482 de 28.04.94, publicada no D.O.U. de 29.04.94, aplicar-se-á revisão ao preço global, em periodicidade anual, contada da data de referência (01.05.94), nas seguintes condições:



$Pr = PO (Ix/Io) (Ix/Ix-1)^2$, onde:

Pr = valor do preço revisado;

PO = preço global inicial, em cruzeiros reais, convertidos pela URV da data de referência dos preços;

I = índice correspondente a coluna 39 - Serviços de Consultoria - Índices Econômicos, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas;

Índice "x" = valor vigente no segundo mês anterior ao mês em que completar 01 (um) ano efetivo a data de referência dos preços ou a última revisão, quando for o caso;

Índice "x-1" = valor vigente no 1º mês anterior ao do índice "x";

Índice "o" = valor vigente na data de referência dos preços.

2.2.2 - O novo preço resultante da aplicação dessa fórmula, será transformado em URV pelo seu valor na data de aniversário da "data de referência dos preços", sendo esta data a base para o próximo período de um ano, quando ocorrerá nova revisão ou outra forma de conversão a ser definida em legislação específica.

2.2.2.1 - O preço será reajustado para mais ou para menos, em consequência de sua variação.

2.2.3 - A revisão de preço será efetuada somente com base em índices definitivos.

2.2.4 - A solicitação de revisão de preços deverá, ato contínuo após completar 01 (um) ano efetivo a data de referência dos preços; de conformidade com legislação posterior determinar, observados os subitens 2.3.1 e 2.3.4 do item 2, ser encaminhada à Rua Padre João Manuel, 755 - Térreo - Protocolo Geral, aos cuidados da FFPA - Divisão de Análise Financeira, acompanhada do demonstrativo de cálculo.

2.2.5 - As condições de revisão de preço poderão ser alteradas, no caso de legislação posterior aplicável

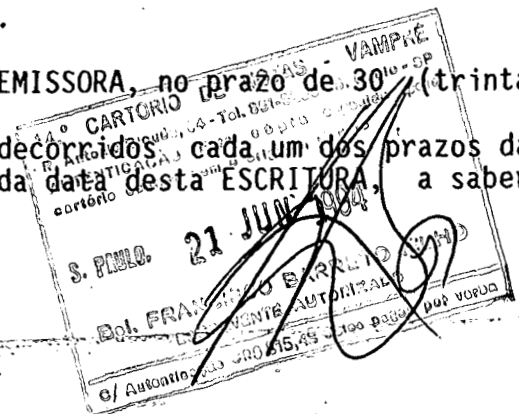
2.3 - Faturamento e Pagamento:

2.3.1. Para efeito de pagamento, o AGENTE FIDUCIÁRIO, encaminhará a Unidade da EMISSORA que administra os serviços FFC - Departamento de Captação de Recursos, situado na Rua Padre João Manuel, 755 - 12º andar - Cerqueira Cesar - SP - Capital, a cópia da Nota Fiscal/Fatura para ser aprovada pela referida Unidade.

2.3.2 - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, também apresentar a Nota Fiscal/Fatura na FFPC - Divisão de Contas a Pagar, situada na Rua Padre João Manuel, 755 - 15º andar - Cerqueira Cesar - SP - Capital, ato contínuo da aprovação da Nota Fiscal/Fatura referenciada no item 2.3.1 acima.

2.3.3 - Os pagamentos serão efetuados pela EMISSORA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação das faturas.

As faturas serão apresentadas após decorridos cada um dos prazos das 06(seis) parcelas a seguir que serão contados da data desta ESCRITURA, a saber:



16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do valor global - a 30 (trinta) dias consecutivos;

16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do valor global - a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;

16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor global - a 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos;

16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do valor global - a 540 (quinhentos e quarenta) dias consecutivos;

16,67% (dezesseis vírgula sessenta e sete por cento) do valor global - a 720 (setecentos e vinte) dias consecutivos;

16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) do valor global - a 900 (novecentos) dias consecutivos;

2.3.3.1 - Os valores apurados em URV decorrentes dos serviços executados, serão pagos em cruzeiros reais ou na moeda corrente nacional vigente na época, pela cotação da URV do dia do efetivo pagamento, respeitada a legislação aplicável.

2.3.3.2 - Por ocasião da apresentação à EMISSORA da Nota Fiscal/Fatura, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá fazer prova do recolhimento dos Encargos Sociais, bem como do recolhimento do ISSQN através das cópias das Guias de Recolhimento, devidamente quitadas, relativas ao período de execução dos serviços.

2.3.3.3 - Se por ocasião da apresentação da Nota Fiscal/Fatura não houver decorrido prazo legal para recolhimento dos Encargos Sociais, poderão ser apresentadas cópias das Guias de Recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo o AGENTE FIDUCIÁRIO apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

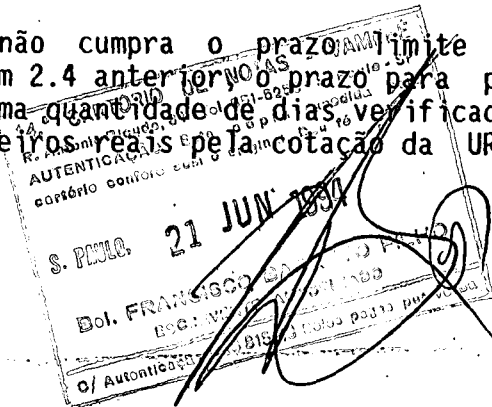
2.3.3.4 - A não apresentação dos documentos referidos nos subitens 2.3.3.2. e 2.3.3.3, assegura à EMISSORA o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

2.3.3.5 - Os pagamentos serão efetuados pela FFPC - Divisão de Contas a pagar, situada na Rua Padre João Manuel, 755 - 15º andar - Cerqueira Cesar - São Paulo - SP

2.3.3.6 - A EMISSORA poderá glosar, de faturas emitidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, valores apontados como indevidos pela Unidade da EMISSORA que administra os serviços objeto desta ESCRITURA.

2.3.4 - As faturas deverão ser entregues na FFPC - Divisão de Contas a Pagar, situada na Rua Padre João Manuel, nº 755 - 15º andar - Cerqueira Cesar - SP - Capital, até o 5º dia subsequente das datas das parcelas definidas no subitem 2.3 anterior.

2.3.4.1 - Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não cumpra o prazo limite para apresentação da fatura, de acordo com o item 2.4 anterior, o prazo para pagamento será postergado automaticamente na mesma quantidade de dias verificados na entrega da fatura em atraso e pagos em cruzeiros reais pela cotação da URV da data da obrigação de pagamento.



2.3.4.2 - Os valores deverão ser faturados com base no estabelecido no subitem 2.3.3.1 e legislação pertinente.

2.3.5 - A EMISSORA poderá, sem prejuízo do disposto no subitem 3.4 do item 3, descontar dos pagamentos das faturas, importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em razão desta ou de outros contratos celebrados entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.3.6 - Quaisquer títulos de cobrança emitidos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO contra a EMISSORA, não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A EMISSORA não será obrigada a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança através de Bancos.

2.3.7 - O Decreto Estadual nº 31.361, de 04 de Abril de 1990, determina que todos os pagamentos processar-se-ão mediante crédito em conta-corrente em nome do AGENTE FIDUCIÁRIO, no Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA ou na Nossa Caixa - Nosso Banco S.A. Para tanto, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá manter conta-corrente em um destes Bancos, informando à Área Financeira da EMISSORA o respectivo número e agência.

3 - Garantia

3.1 - De cada pagamento, a que o AGENTE FIDUCIÁRIO tiver direito, a EMISSORA reterá, a título de garantia, 5% (cinco por cento) do seu valor.

3.2 - As retenções poderão ser substituídas por carta de fiança bancária (conforme modelos da EMISSORA) e/ou por Títulos da Dívida Pública do Estado de São Paulo, pelo seu valor nominal, não onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade ou intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

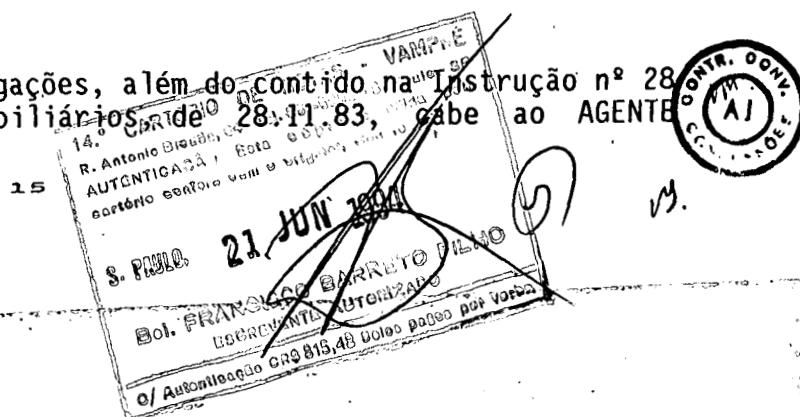
3.3 - A garantia será devolvida ao AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da emissão, pela Unidade da EMISSORA que administra os serviços do documento "Recebimento Definitivo de Obras, Serviços ou Devolução de Garantias", por solicitação escrita do AGENTE FIDUCIÁRIO, se não houver nenhuma obrigação civil ou criminal deste, relativa a esta ESCRITURA.

3.3.1 - Quando em dinheiro a garantia será devolvida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, observadas as condições do subitem 3.3 anterior, pelo equivalente em cruzeiros reais ou na moeda corrente vigente na época, na cotação da URV do dia da devolução, respeitada a legislação aplicável.

3.4 - A EMISSORA poderá descontar da garantia, as importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO por força deste ou de outros contratos, devendo este repor o respectivo valor no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento de notificação nesse sentido.

4 - Obrigações e Responsabilidades do Contratado

4.1 - Para cumprimento às suas obrigações, além do contido na Instrução nº 28 da C.V.M. - Comissão de Valores Mobiliários, cabe ao AGENTE FIDUCIÁRIO :



4.1.1 - responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

4.1.2 - designar preposto, devidamente aprovado pela EMISSORA, ato contínuo do recebimento da Autorização de Serviços, mantendo-o à disposição da EMISSORA, para representar o AGENTE FIDUCIÁRIO na execução dos serviços;

4.1.3 - responsabilizar-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços;

4.1.4 - pagar os impostos, taxas e contribuições de quaisquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, incidentes sobre os serviços.

4.1.5 - manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação.

5 - SUBSTITUIÇÃO

5.1 - Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

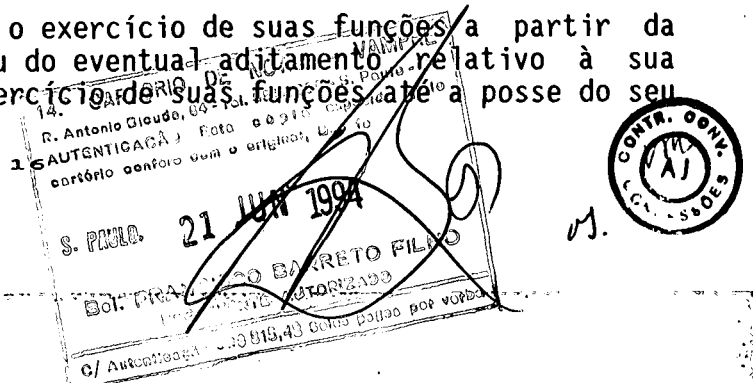
5.2.- Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

5.3.- É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

5.4.- A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

5.5.- A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento nesta ESCRITURA, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

5.6.- O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta ESCRITURA ou do eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.



5.7.- Aplicam-se às hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

6 - DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO :

6.1.- Constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM;

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da presente ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;

(i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário auditoria extraordinária na EMISSORA;

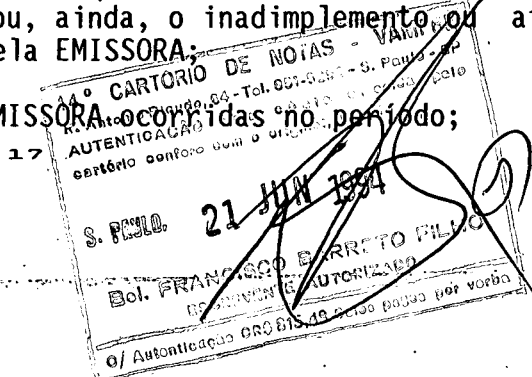
(j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações e respeitar outras regras relacionadas à publicação constantes desta ESCRITURA;

(k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º. letra "b", da lei nº 6.404/76, do qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações :

(l.1.) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(l.2.) alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;



(1.3.) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

(1.4.) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

(1.5.) resgate e pagamento de Prêmio das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

(1.6.) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(1.7.) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA;

(1.8.) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(m) colocar o relatório de que trata a letra (l) acima, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da EMISSORA;

(m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(m.3) na CVM;

(m.4) nas instituições que liderarem a colocação das debêntures;

(m.5) nas bolsas de valores, quando for o caso;

(n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação constante desta ESCRITURA, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na letra "m";

(o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer de não fazer;

(p) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas nesta ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.



7 - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

(b) executar a garantia outorgada, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

(c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e

(d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

7.2.- O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a", do item 7.1. acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

7.3.- As despesas e custas de ações judiciais e de Sucumbência, no item 7.1. serão providas pelos debenturistas e ressarcidas pela EMISSORA.

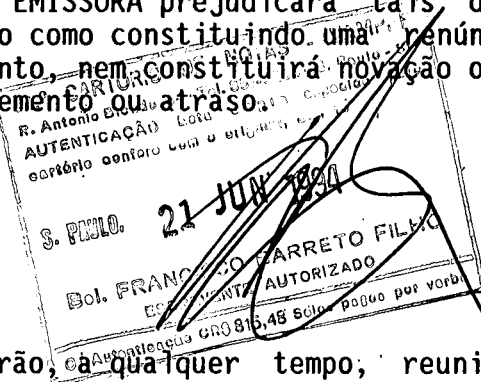
7.4.- O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" e "d", do item 7.1. acima se, convocada a assembléia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na letra "d" do item 7.1., acima.

VI.- RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédio ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VII.- ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1.- Os titulares das debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.



2.- A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3.- Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4.- A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

5.- Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6.- Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.- Quaisquer modificações nas condições da debêntures objeto desta ESCRITURA, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. Para efeito da constituição do quórum a que se refere este item, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

VIII.- DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a ESCRITURA e a ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação do extraído desta última na forma da lei.

IX.- PUBLICAÇÕES LEGAIS

Sem prejuízo da obrigação assumida pela EMISSORA no item 22 supra - Publicidade, cláusula III - DA EMISSÃO, todas as publicações legalmente exigidas da EMISSORA são e deverão continuar a ser feitas no Jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo.

X.- DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



XI.- DO FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ESCRITURA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente ESCRITURA, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

São Paulo, 07 de Junho de 1994.

EMISSIONAR 14.º CONFERIDA

14.º CONFERIDA

LUIZ APOLONIO NETO
PRESIDENTE

MARCO ANTONIO SOUZA DE OLIVEIRA
Diretor Financeiro

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

AGENTE FIDUCIÁRIO:

JOÃO ALBERTO DE ALMEIDA

NÚCLEO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Testemunhas:

1- Guaraci AMARAL BARRETO
R.G.: 11535904

2- FRANCISCO FABIO RANGEL
R.G.: 1.867.822-1 SSP-SP

* 14.º CARTORIO DE NOTAS - HAMBRE *

R. Antonio Bicudo, 64 - Pinheiros - São Paulo - SP
Fone: (011) 851.5255 / Fax: 240.0292.6

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de:
LUIZ APOLONIO NETO,
São Paulo, 15 de Junho de 1994 01714232

Bel. FRANCISCO BARRETO FILHO (Escriv. Autorizado)
Cada Firma e Processamento de Dados CRF: 1626.52
(Selos Passos Por Verba) - Horas: 16:24

14.º CARTORIO DE NOTAS - HAMBRE
R. Antonio Bicudo, 64 - Pinheiros - São Paulo - SP
AUTENTICAÇÃO Esta cópia foi autenticada em cartório conferindo o original

S. PAULO 21 JUN 1994

Bel. FRANCISCO BARRETO FILHO
ESCRIVÃO AUTORIZADO
C/ Autenticado